**Trabalho no cárcere: instrumento de ressocialização ou uma eficaz estratégia de extração de mais valor?**

Work in prison: instrument of resocialization or an effective strategy for extracting more value?

**Resumo**: O artigo tem por objetivo discutir a funcionalidade da ideologia empreendedora presente na formulação política de acesso a trabalho no cárcere. Compreende-se que esse tipo de trabalho específico desenvolvido pelos encarcerados também sofre os impactos da nova morfologia do trabalho. Este artigo tem como fonte de pesquisa a revisão bibliográfica, documental e o levantamento de dados estatísticos. Nossa argumentação considera que o encarceramento em massa é fruto do Estado penal como adoção de estratégia falseante para o combate a criminalidade.

**Palavras-Chave**: Sistema Prisional; Políticas de Trabalho; Extração de Mais Valor; Controle Social.

**Abstract**: The article aims to discuss the functionality of the entrepreneurial ideology present in the political formulation of access to work in prison. It is understood that this specific type of work developed by the incarcerated also suffers the impacts of the new morphology of work. This article has as a source of research the literature review, documents and the collection of statistical data. Our argument considers that mass incarceration is the result of the penal State as the adoption of a falsifying strategy to combat crime.

**Keywords**: Prison System; Labor Policies; More Value; Social Control.

**Introdução**

O objetivo central do artigo é problematizar as questões relacionadas à inserção produtiva das pessoas adultas privadas de liberdade. O estudo parte da compreensão de que o desenvolvimento produtivo dos encarcerados sofre os impactos da nova morfologia do trabalho, conforme designa Ricardo Antunes (2013).

Para sustentar a análise utilizaremos como documento norteador, o Decreto n.º 9.450, de 24 de julho de 2018 que instituiu a Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional (PNAT) (BRASIL, 2018), bem como, dados relativos à inserção dos encarcerados em atividades produtivas, articulando dessa maneira, teoricamente as tendências do trabalho no cenário contemporâneo.

A escolha pelo referido documento se deu pelo fato do mesmo apresentar elementos estratégicos para a extração de mais valor na contemporaneidade, tais como: empreendedorismo, responsabilidade social das empresas e a celebre dignidade da pessoa humana com a justificativa de busca ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, buscando, para tanto, a formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional. Num contexto em que o encarceramento em massa tem sido utilizado como principal estratégia para o combate a criminalidade, é preciso compreender quais rebatimentos, essa lógica acarreta para a sociedade brasileira, posto que a realidade nos mostra que o crescimento do encarceramento não tem relação direta com a diminuição da criminalidade. Ao contrário, ele tem sido responsável pelo aumento exponencial da criminalidade, especialmente por adotar como principal método a criminalização da pobreza (WACQUANT, 2001; WACQUANT, 2007; BATISTA, 2012).

A inserção produtiva de trabalhadores no âmbito do trabalho está imbricada e polarizada: *de um lado,* temos a sustentação do senso comum e, também das análises teóricas que indiscutivelmente consideram natural a assertiva de que todos que estão presos devem trabalhar. Ou seja, se elaborássemos um questionário e ouvíssemos intelectuais, estudantes e pessoas comuns que realizam todos os tipos diferentes de serviços como padeiros, açougueiros, garis, professores e, assim por diante, a maioria delas, snão a sua totalidade assentiriam com a premissa de que sim, as pessoas encarceradas devem trabalhar! Diante dessa assertiva, é também coerente nos perguntarmos: então, por que elas não trabalham? Assim, *de outro lado*, concebendo-se que o sistema prisional se apresenta como um campo estratégico para a funcionalidade do sistema capitalista de produção, ao cumprir o seu papel de aparelho repressivo do estado, auxilia no resgate dos conflitos sociais.

Entretanto, se o sistema prisional realizasse *exclusivamente* um papel de contenção não conseguiria efetivamente disseminar a ideologia e o discurso da ressocialização e da responsabilidade social junto trabalhadores do sistema – *especialmente* quando tratamos daqueles, que de alguma maneira, precisam acreditar que esse sistema possui algum sentido: professores, técnicos e políticos, por exemplo. Assim, o sistema precisa também repercutir alguma ideologia que possibilite sucesso para alguns presos de maneira a repercutir a lógica da meritocracia defendida pelos liberais também dentro do sistema.

Para tanto, o estado precisa em alguma medida, ofertar educação e utilizar, ainda que de maneira incipiente essa força de trabalho. Assim, é conveniente para o Estado juntar forças com o empresariado, ansioso por alcançar a isenção de impostos, negar e direitos trabalhistas e previdenciários e afinal potencializar seus lucros. Nesse aspecto, tais processos longe de ser expressões das expropriações contemporâneas, mostram-se como “[...] o principal meio de atualização da reprodução capitalista” (MOTA; TAVARES; 2016, p. 235), mas possuem também uma antiga relação que tem se reproduzido desde antes do capitalismo, mas que agora sofre um processo de atualização, já que “[…] os processos de expropriação não estão apenas na pré-história do capitalismo, mas também integram sua expansão, acompanhando a extensão das próprias relações sociais capitalistas […]” (FONTES, 2018, p. 21).

Nesse aspecto, apesar de não negarmos sua funcionalidade em períodos anteriores, temos observado uma investida maior do capital nesse campo na conjuntura atual, seja com o processo de privatização dos presídios, seja pela exploração da força de trabalho dos encarcerados por estratégias neoliberais de gestão penitenciária pública ou privada, tornando o preso – inútil para o sistema de produção capitalista como parte do exército industrial de reserva – de alguma maneira, útil para o sistema de lucratividade. Nesse aspecto, é a exploração dos que não servem para ser explorados.

Logo, percebe-se que esse público, hoje é um dos alvos dos processos de expropriações contemporâneas, deles são expropriados desde o direito à liberdade, saúde, educação, e obviamente o direito ao trabalho, constituindo assim, parte do cenário de uma nova morfologia do trabalho que se configura pela extensão do desemprego e pela generalização dos trabalhos precarizados, sem vínculos contratuais ou com vínculos frágeis (ANTUNES, 2013).

Desde o século XIX, o Brasil Império espelhando-se no modelo prisional de países europeus e norteamericanos utilizava o trabalho como elemento para o lucro e a manutenção das instituições, nas quais os presos adultos ou mais jovens estavam inseridos. Naquele contexto, o discurso era menos ideológico e mais utilitarista. Entretanto, as transformações no mundo do trabalho, que preconizava a reestruturação produtiva (taylorismo e fordismo) levou por terra essas práticas, visto que não era mais, suficientemente lucrativo o trabalho realizado por uma única pessoa, de maneira solitária em uma cela, o que terminava por tornar os produtos excessivamente caros para disputar o mercado de trabalho (ZANELLA, 2018). Era necessário então, uma alta produtividade para o qual o preso não servia. Ademais, o sistema capitalista que antes necessitava dessa força de trabalho em face do pequeno número de proletariado, com o avanço tecnológico, a produção de vacinas e a melhora na qualidade de vida do proletariado, prescindia dessa força de trabalho que se revelava desnecessária para a manutenção do sistema.

Assim, com a percepção de que a utilização do trabalho no sistema prisional não é recente, o sistema precisava se reinventar e para tanto, lança mão do discurso da ressocialização pelo trabalho e em defesa da dignidade da pessoa humana. Para tanto, aprova-se em 2018 a PNAT, como uma política “[...] voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional” (BRASIL, 2018, p. 01).

O artigo estrutura-se em três seções, além desta introdução e das conclusões finais. Na primeira seção, apresentamos uma breve contextualização do sistema prisional e sua relação com o trabalho, a fim de uma maior aproximação com a temática. Na segunda seção, realizamos uma análise da PNAT. Finalmente, na terceira seção, apresentamos e analisamos dados empíricos sobre o trabalho no cárcere.

**Sistema prisional e trabalho: uma breve contextualização**

Historicamente, as formas de punição possuem vinculação direta com o uso ou não da força de trabalho excedente. As influentes obras de Rusche e Kirchheimer (1984) e Melossi e Pavarini (2006), se dedicaram a investigar de modo aprofundado a relação entre prisão como modalidade punitiva principal e acumulação no contexto nascente do capitalismo. O objetivo principal da racionalização da pena[[1]](#footnote-1) não era o processo de reinserção social, mas sim, uso da força de trabalho do apenado (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1984).

Os autores, entre outros, buscaram entender a gênese da prisão como forma de punição moderna. A prisão surge no âmbito do desenvolvimento da sociedade capitalista e vai se transformando conforme os modos de produção (mercantil, industrial, pós-industrial e financeirizado). Para Zanella (2018) o iluminismo teve um papel central na desqualificação da função jurídico-política da prática de suplício: “No Iluminismo, aos poucos o suplício tornou-se exemplo de barbárie e um aspecto do irracionalismo civilizatório” (ZANELLA, 2018, p. 57). É a partir da metade do século XVIII que começou um movimento que visava protestar contra os suplícios, tal movimento era composto por filósofos e teóricos do direito da nascente burguesia.

A pesquisa de Rusche e Kirchheimer (1984) apontou que quando os homens precisavam ser educados para o trabalho, havia distinção entre as Casas de Correção, que educavam com o trabalho, e as Prisões para criminosos que aguardavam o cumprimento da pena como suplício. Nesse contexto, o que se vê não é o reconhecimento humanitário em relação ao supliciado, mas sim o desejo de punir e melhor controlar a reclusão do preso.

Nesse contexto, um elemento de fundamental importância para o exercício da punição é a disciplina em relação ao cotidiano do indivíduo encarcerado (FOUCAULT, 1987). Dessa forma, novos elementos são inseridos para o controle dos corpos, sendo o trabalho um componente funcional dessa disciplina. Ou seja, “A racionalização da pena se encontrou com o movimento filosófico e científico da humanidade que, politicamente, vivenciava a ascensão da burguesia e a limitação dos poderes absolutos do Estado” (ZANELLA, 2018, pp. 56-57).

A priori o trabalho tinha um viés mais terapêutico, cujo principal objetivo era o aproveitamento do tempo e a disciplina. No entanto, no decorrer da história houve uma mudança nessa perspectiva. O trabalho penal passou a ser organizado a partir de imperativos econômicos, “[...] las casas de corrección constituían, en primer lugar, establecimientos manufactureros que producían mercancías a un costo particularmente bajo como consecuencia de la fuerza de trabajo barata que empleaban (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1984, p. 58). Mas o que se viu foram a aplicação de baixa remuneração e o adestramento da força de trabalho no processo de contribuição para o avanço do modo capitalista de produção.

Assim, é possível constatar que o trabalho que numa perspectiva marxista é fundamental para o desenvolvimento humano, numa perspectiva liberal foi e ainda é um elemento central para a disciplina, e consequentemente, para o controle dos corpos, bem como da sociabilidade dos homens. Deste modo, Mészáros (2002) alerta que o cerne da questão não está no fato de produzirmos ou não formas de controle, mas, sim, o “[...] tipo de controle, dado que as condições atuais foram produzidas sob o férreo controle do capital que nossos políticos pretendem perpetuar como força reguladora fundamental de nossas vidas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 989).

Na atualidade, o discurso de ressocialização pelo trabalho, longe de se relacionar com exploração da força de trabalho é entendida como um *dever social*. A própria Lei de Execução Penal, em seu artigo 28 destaca: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá a finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984, art. 28).

Ora, apesar de apontar elementos como dever social e condição de dignidade humana, a Lei de Execução Penal deixa evidente que a finalidade do trabalho no sistema prisional é produtivo. Isto significa que esse ramo específico de trabalho está inserido no *mundo da produção*, e desta forma, reflete as tendências gerais presentes do trabalho na contemporaneidade.

Com o advento do capitalismo os valores de troca, já existentes anteriormente, se consolidaram como objetivo final do produto do trabalho. “Consolida-se uma lógica de produção essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é subordinado ao valor de troca.” (ANTUNES, 2006, p. 145). É o movimento de expropriação dos meios de produção e reprodução social, que obriga a classe trabalhadora a estranhar-se de si e de seu próprio produto, como já alertava Marx no século XIX.

O objetivo mais importante alcançado mediante o trabalho no cárcere foi a possibilidade de reduzir os custos de produção de alguns setores industriais, e de, por conseguinte, colocar por meio da concorrência – um freio ao aumento do nível salarial. (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 192).

Logo, os autores apontam que os trabalhadores do cárcere, participam dos mecanismos de supressão dos salários, e do aumento da mais-valia, visto que, assim, estão inseridos na lógica da produção e não excluídos, como muitos pensam. “As ofensivas do capital vão se tornando cada vez mais incisivas sobre o trabalho, sendo que […] entramos em uma nova era de precarização estrutural do trabalho […]” (ANTUNES, 2013, p. 20) e o universo dos internos trabalhadores têm participação direta nesse processo, ainda que estejam na composição do exército industrial de reserva[[2]](#footnote-2).

Feitas essas considerações acerca do trabalho no cárcere, a seguir serão analisados alguns elementos da Lei de Execução Penal que regulamenta o trabalho dos encarcerados no Brasil, bem como será abordado especificamente a Política Nacional de Trabalho no âmbito do sistema prisional.

**Política nacional de trabalho no âmbito do sistema prisional**

Como visto no item anterior o trabalho no espaço prisional não é modelo recente, na história brasileira antes da aprovação do decreto n. 9.450 de 24 de julho de 2018 - a Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional, a legislação que regulamentava o trabalho no cárcere era unicamente a Lei de Execução Penal, datada de 1984.

A referida lei estabelece que o trabalho do condenado nãoestá sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e sim à Lei de Execuções Penais que prevê uma remuneração de no mínimo ¾ do salário mínimo (BRASIL, 1984), em valores atuais esse valor equivale a R$ 909,00 (novecentos e nove reais). Ora, se a classe trabalhadora sofre os rebatimentos da destruição das leis trabalhistas (ANTUNES, 2013), imagina para esses sujeitos que nunca tiveram acesso a férias remuneradas, 13º salário, vínculo empregatício constituído, bem como acesso e usufruto de outros direitos, essa legislação sequer existiu.

Embora não fossem incluídos direitos trabalhistas e previdenciários, a jornada de trabalho para esse público é de no mínimo seis e máximo de oito horas diárias, com descanso semanal. Isto é, no que tange ao seu tempo de trabalho eram tratados de forma igualitária, porém no que concerne aos seus direitos são tratados de forma diferenciada de outros trabalhadores.

Sabendo que existe uma relação inversamente proporcional entre redução do valor do trabalho e extração de mais valor (FONTES, 2018) está claro então que, se os trabalhadores do cárcere, trabalham uma jornada de pelo menos oito horas diárias, em igualdade com outros trabalhadores, mas existe uma redução no valor do trabalho, isto é, recebem menos para sua reprodução social, existe nesse caso um aumento da extração de mais valor.

Nesse aspecto, a criação de uma Política Nacional de Trabalho, o que a priori parece ser um avanço para aqueles que estão privados de liberdade, apresenta a consolidação de uma tendência, sendo ela, a extração de mais valor revestida de discursos de empreendedorismo e responsabilidade social.

Segundo Valentim e Peruzzo (2018), no Brasil essa tendência se revela a partir de 1990 em consonância com agências multilaterais de desenvolvimento econômico como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), visto que são esses organismos que criam mecanismos de enfrentamento ao desemprego estrutural de forma a amenizar os efeitos nefastos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

Veremos abaixo, como se expressa essa tendência na PNAT, especificamente em seus objetivos:

Art. 4º São objetivos da PNAT:

1. proporcionar, às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, a ressocialização, por meio da sua **incorporação no mercado de trabalho**, e a reinserção no meio social;
2. promover a qualificação das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, **visando sua independência profissional por meio do empreendedorismo**;
3. promover a articulação de **entidades governamentais e não governamentais**, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, visando garantir efetividade aos programas de integração social e de inserção de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional e cumpridoras de pena restritiva de direitos ou medida cautelar;
4. ampliar a oferta de vagas de trabalho no sistema prisional, pelo **poder público e pela iniciativa privada**;
5. incentivar a elaboração de planos estaduais sobre trabalho no sistemaprisional, abrangendo diagnósticos, metas e estratégias de qualificação profissional e oferta de vagas de trabalho no sistema prisional;
6. promover a sensibilização e conscientização da sociedade e dos órgãos públicos para a importância do **trabalho como ferramenta para a reintegração social** das pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional;
7. assegurar os espaços físicos adequados às atividades laborais e de formação profissional e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais;
8. viabilizar as condições para o aprimoramento da metodologia e do fluxo interno e externo de oferta de vagas de trabalho no sistema prisional;
9. **fomentar a responsabilidade social empresarial;**
10. estimular a capacitação continuada dos servidores que atuam no sistema prisional quanto às especificidades e à importância da atividade laborativa no sistema prisional; e
11. promover a remição da pena pelo trabalho, nos termos do art. 126 da Lei nº 7.210, de 1984 (BRASIL, 2018, art. 4.º, grifo dos autores).

Nos objetivos apresentados dá-se destaque para o empreendedorismo como forma de independência profissional, em outras palavras, evidencia-se a responsabilidade do sujeito no seu sucesso/fracasso profissional. Desta forma, entende- se que ao se estimular a prática empreendedora, mascara-se sua funcionalidade ao sistema capitalista de negação de uma sociedade de classes, bem como estimula-se a subjetivação de um trabalhador ideal (VALENTIM; PERUZZO, 2018).

Esta estratégia joga luz à retirada do Estado na execução de uma política de ressocialização pela via do trabalho, visto que deixa a cargo do indivíduo a responsabilidade pela sua inserção produtiva. “Não obstante, some-se a isso o estigma carregado por ex-detentos, os quais mesmo após o egresso da prisão são vistos como delinquentes pela sociedade, Assim sendo, eles encontram significativas barreiras para conseguir um trabalho […]” (KRÜGER; ARRUDA; MARIANI, 2018, p. 442). Assim, a tônica está na capacidade do sujeito em desenvolver suas habilidades laborativas, seja dentro ou seja fora do cárcere. Caso tenha êxito nessa missão, o detento ou (ex) detento será um empreendedor, caso contrário, o mesmo não teve capacidade de realizar os meios necessários para o seu sucesso profissional, mesmo o Estado o capacitando para isso.

Essa conjuntura é desprovida da análise de que o sistema do capital vive uma crise sem precedentes históricos, afetando seus pilares ideológicos, exigindo que todo o conjunto da humanidade para sobreviver empreenda mecanismos complexos e contraditórios para o controle do metabolismo social ou do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002). Assim como, o aprofundamento do capital materializa como resultado “[…] massas de trabalhadores disponíveis para vender sua própria força de trabalho [...]” (FONTES, 2018, p. 21).

De acordo com o ideário neoliberal cabe ao trabalhador desenvolver algumas habilidades como: resiliência, persistência, autoconfiança, coragem, iniciativa, otimismo para então conquistar seus objetivos, e isto inclui, o seu emprego. Assim, para enfrentar o problema do desemprego desloca-se das condições econômicas para a esfera privada, ficando o Estado, através da educação, a cargo de promover a qualificação voltada para a lógica empreendedora (VALENTIM; PERUZZO, 2018).

Outro elemento que merece destaque na referida política é o *canto da sereia* que envolve o fortalecimento de entidades não-governamentais na execução de políticas públicas. Neste caso específico, tais entidades são estimuladas a *abraçar a causa* dos encarcerados, mas em troca recebem incentivos governamentais. Nessa estratégia o Estado se retrai na execução de suas atribuições, cedendo lugar ao chamado *terceiro setor*.

No que tange ao mercado ele também recebe sua fatia e ainda aparece como responsável socialmente. O que não fica claro para muitos, são as isenções fiscais fornecidas pelo Estado em troca dessa preocupação social empresarial. Outro aspecto importante é o lucro ainda maior obtido nos processos de trabalho no cárcere. Sem encargos trabalhistas e previdenciários, com o rebaixamento dos salários dos trabalhadores a extração de mais valor ganha valores exponenciais nesse segmento específico. Esse modo operandi é executado dentro da estruturação de novos mecanismos de gestão, produção e organização do trabalho (ANTUNES, 2013).

Deve-se considerar ainda a inexistência de custos prediais, com aluguel, contas de água e energia elétrica, despesas com alimentação e transporte, bem como despesas com vigilância. Todos esses custos ficam a cargo do Estado, assim investir no trabalho dos encarcerados é mais que uma preocupação social, se configura como um ótimo negócio. Ademais, a a remição da pena pelo trabalho é um direito do preso que a cada três dias trabalhados, será remido em um dia de sua pena. Entretanto, sabendo-se que o trabalho não é ofertado a todos os presos e que há critérios de elegibilidade para a atividade laboral, o direito à remição obedece a lógica da seletividade que perpassa às políticas públicas e sociais brasileiras evidenciando critérios meritocráticos próprios da lógica do sistema prisional.

No próximo item serão apresentados dados sobre os trabalhadores do cárcere, buscando compreender como essa política se apresenta de forma concreta na realidade dos presídios brasileiros.

**Trabalho no cárcere em números**

Uma Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Trabalho e Renda (COATR) do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) justifica que “[...] o surgimento da prática do trabalho dentro das prisões, manifesta-se a partir da análise de toda uma perspectiva histórica de evolução dos direitos dos presos, solidificando-se como uma política efetiva de reinserção social” (DEPEN, 2022, p. 1), o que por si só demonstra uma incompreensão sobre a história do sistema prisional que constituiu a prisão enquanto modelo de punição para ensinar o trabalho para aqueles que saindo da servidão se recusavam a vender a sua força de trabalho.

O trabalho prisional não é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas sim pela Lei de Execução Penal (LEP) e segundo a Nota a mudança na percepção sobre a sua importãncia se deu quando a prática passou a ser percebida “[...] como forma de manutenção da dignidade do indivíduo que se encontra em cárcere privado, visto que o labor exercido pelo ser humano traz dignidade, moralidade e eticidade, reavivando sentimentos para a construção de uma nova vida” (DEPEN, 2022, p. 1). Para dar vasão a essa necessidade o DEPEN criou o *Selo Nacional de Responsabilidade Social Pelo Trabalho no Sistema Prisional* - Selo Resgata que realizou o cadastramento de instituições, conforme apresentado no Quadro abaixo.

 QUADRO 1 – ATIVIDADES DO SELO RESGATA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DATA | SELO RESGATA | PORTARIA | EMPRESAS |
| INSCRITAS | CERTIFICADAS |
| 03/11/2017 | 1.º Ciclo | Gab Depen n.º 631 | 125 | 112 |
| 23/07/2018 | 2.º Ciclo | Gab Depen n.º 266 | 211 | 198 |
| 01/11/2019 | 3.º Ciclo | Gab Depen n.º 479 | 423 | 373 |
| 13/05/2022 | 4.º Ciclo | Gab Depen n.º 84 | 440 | 276 |

 FONTE: Elaborado pelos pesquisadores, 2022.NOTA¹: DEPEN, 2022.

Conforme demonstra o Quadro o aumento no número de empresas públicas e privadas foi ascendente desde que o Selo Resgata foi criado, o que demonstra a o interesse das instituições na mesma proporção que ocorre um aumento do encarceramento da população brasileira que entre os anos de 2000 e 2015 teve um acréscimo de 170%. Os dados do DEPEN atestam um crescimento de mais de 400% nos últimos 20 anos. O Brasil possui uma população carcerária de 726.354 detentos, representando o terceiro lugar no ranking mundial, sua taxa de aprisionamento é de 349,78 para cada 100 mil habitantes, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) referentes ao ano de 2017. Boa parte desse numeroso grupo, precisamente, 33,3% desse total, estava em regime provisório, aguardando julgamento em unidades prisionais, superlotadas e precárias (INFOPEN, 2017).

Desse público, a maioria é jovens, negros e pobres, o que corrobora com as pesquisas que apontam que em relação às percentagens sobre raça pode-se deduzir sobre a existência de uma seletividade racial, marcada pelas forças de segurança pública e sistema de justiça (WAISELFISZ, 2015) que corroboram para a construção de determinados estereótipos de sujeição criminal e racialização dos corpos. Logo, concorda-se com Wacquant (2001) quando afirma que os jovens são o primeiro alvo da política de penalização da miséria.

No que tange ao trabalho, consta na mesma base de dados que 17,5% dos detentos estavam envolvidos em atividades laborativas, o que representa um número de 127. 514 pessoas trabalhando. Se pensarmos em Pernambuco, estado de uma das autoras deste artigo, esse percentual é de 7,51%, totalizando 2.328 pessoas. Importa destacar que o índice de pessoas privadas de liberdade que ocupam postos de trabalho gira, historicamente, em torno de 13% (DEPEN, 2020).

Pra uma população carcerária que ultrapassa 726 mil pessoas, 17,5% é uma porcentagem irrisória. Acredita-se que esse percentual é baixo devido ao número de vagas ofertadas que ainda é incipiente. Sabe-se que apesar da PNAT classificar o trabalho carcerário como direito do apenado, na realidade brasileira ele é utilizado como um mecanismo de recompensa, visto a existência de uma série de critérios de elegibilidade. Tais critérios apontam sobre o comportamento do preso no sistema penitenciário, nível de escolaridade, idade, dentre outros.

 GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO EM ATIVIDADE LABORAL (2021)



 FONTE: DEPEN, 2022.

Conforme demonstra o Gráfico, 129.133 presos estavam em atividade laboral no ano de 2021. Em 2017, esse número era de (127.514), e desse total 80,5% trabalhava na parte interna da unidade prisional, o que também demonstra que a possibilidade de inclusão social do apenado não é uma efetiva preocupação. Segundo o documento, tais presos realizam prestação de serviços para empresas, organizações sociais, órgãos do poder público, bem como na gestão da própria unidade prisional, sendo que a maioria se dedica às atividades internas (limpeza, manutenção e cozinha das unidades prisionais) ou à produção de artesanato com fins de subsistência (INFOPEN, 2020). Quanto a remuneração, os valores pagos em Salário Mínimo (SM) estão expressos no Gráfico 2.

 GRÁFICO 2 – RESSARCIMENTO SALARIAL DOS TRABALHADORES (2020).



 FONTE: Elaborado pelos pesquisadores, 2022.

 NOTA: INFOPEN, 2017.

Se pensarmos que estes trabalhadores apesar de ter a carga horária igual a de outros trabalhadores livres, fazem juz a apenas ¾ do salário mínimo, esse dado, já caracteriza um sistema desigual. Mas o que vemos acima é ainda pior, visto que 46,7% não recebem nenhuma remuneração pelo seu trabalho e, apenas 18% dos trabalhadores recebem o mínimo proposto por lei, ou seja, entre 1 e 2 salários mínimos. Nesse aspecto, o que se vê é a permissividade da lei no exercício arbitrário de uma lógica no mínimo estranha e até contrária aos princípios do direito penal (MELOSSI; PAVARINI, 2006). Esses dados demonstram a impossibilidade de viabilizar o que preconiza o artigo 29, sobre a finalidade da remuneração destinada:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores (BRASIL, 1984, art. 29).

Ora, os dados apontam claramente para um processo de ampliação de extração de mais valor. Isso significa que quase metade da população que trabalha no cárcere não recebe o mínimo para a sua reprodução social. Além da expropriação de seus direitos, seu valor trabalho é completamente expropriado pelo capital, sem contar a expropriação de um trabalho não material que está atrelado ao fato de que as empresas ainda utilizarão a atividade realizam como propaganda com a justificativa de que realização uma *ação social*.

A negação dos direitos trabalhistas dos presos é uma estratégia utilizada para atrair as empresas “O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho” (BRASIL, 1984, art. 28, § 2º). Ele está submetido a uma legislação própria, que favorece incentivos aos donos do capital em detrimento da mão de obra do interno trabalhador. Tal ação ainda se reveste de uma aura benemérita de cunho social e preocupação com os interesses da sociedade em formar um homem preparado para servir o capital em detrimento da vida criminosa. O que evidencia que o reverso desse “[...] ideário apologético e mistificador, afloraram as consequências reais no mundo do trabalho: terceirização nos mais diversos setores; flexibilidade ampla; subemprego”, dentre outras características (ANTUNES, 2020, p. 288).

Ao analisarmos esse discurso, perceberemos que a face da exploração da força de trabalho em condições mais intensas do que as enfrentadas pelos trabalhadores fora da prisão são materializadas nos interiores das prisões. A verdadeira face desse contexto se concretiza em empresas com selo de responsabilidade social, otimizando suas taxas de lucros, diante de incentivo fiscal, salário abaixo do teto nacional, isenção dos recolhimentos trabalhistas, otimização de logística e custos, como por exemplo, não arcar com taxas como energia elétrica, água e aluguel dos barracões instalados dentro das penitenciárias.

O Quadro abaixo, apresenta mais detalhadamente os dados referentes às Unidades da Federação (UF).

 QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO SALARIAL POR UF



 FONTE: INFOPEN, 2017.

De acordo com os dados do INFOPEN alguns estados têm situações ainda mais alarmantes. No Acre, por exemplo, quase a totalidade de seus presos trabalhadores não recebem remuneração (99%). Em seguida temos Piauí com 95,4%; Ceará com 85%; Rio Grande do Norte com 80,7% e Rio Grande do Sul com 80,5%. Cabe salientar que dentre os cinco estados que estão no topo desse ranking, três são do Nordeste. Outros estados como Maranhão, Roraima e São Paulo, segundo o referido documento, não apresentaram dados sobre a situação dos presos encarcerados, o que sugere que a situação seja ainda mais precária do que a apresentada.

Com base nos dados é possível inferir que assim como existe uma diferenciação das condições de trabalho nas diferentes regiões do país, essa desigualdade também perpassa o trabalho nos presídios, basta observarmos que os trabalhadores das regiões Norte e Nordeste são aqueles que sofrem de forma mais evidente a intensificação do trabalho.

No que tange a questão de gênero, as mulheres de uma penitenciária feminina da região centro oeste também denunciam que existe “um processo de diferenciação em relação ao estabelecimento prisional que abriga os homens: na penitenciária masculina há um maior número de atividades laborais” (KRÜGER; ARRUDA; MARIANI, 2018, p.447), assim como, há um processo de estratificação social em função do nível de escolaridade, o que ocasiona o acesso ao trabalho de forma escassa.

Os dados apresentados deixam claro que o trabalho longe de ser utilizado como mecanismo ressocializador daqueles que cumprem penas, seja no meio fechado ou seja no semiaberto, tem se tornado um componente fundamental para o funcionamento da disciplina, do controle dos corpos, bem como do aumento dos lucros do capital. Nesse contexto, “[...] a compaixão para com os delinquentes é cada vez mais suplantada” (GARLAND, 1999, p. 60).

Assim, concorda-se com Antunes (2013) quando afirma que “[...] menos do que perda de relevância da teoria do valor, estamos vivenciando a ampliação de suas formas, configurando novos mecanismos de sobretrabalho[[3]](#footnote-3)” (ANTUNES, 2013, p. 27). O que se vê é uma estratégia de captura da subjetividade que atinge todos os aspectos da vida, superando dicotomias entre incluídos e excluídos, formais e informais, público e privado.

**Considerações finais**

O trabalho apresentado buscou fomentar a discussão sobre o trabalho no cárcere, visto o apelo existente em prol da ressocialização pelo trabalho, apresentando em seu título um questionamento: seria esse trabalho um instrumento de ressocialização ou mais uma estratégia de extração de mais valor?

Mesmo que a Organização das Nações Unidas (ONU) preceitue nas Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos que “[...] o interesse dos presos e de sua formação profissional não deverão ficar subordinados ao desejo de se auferir benefícios pecuniários de uma indústria penitenciária” (ONU, 1955, Regra 99). Entretanto, o que se vê na prática é a funcionalidade deste trabalho na atual conjuntura capitalista, o que observamos não é um processo de ressocialização pautado na dignidade humana, mas sujeitos inseridos em espaços totalmente inapropriados, superlotação de presídios, alto número de presos provisórios, e no que tange ao trabalho, temos novos mecanismos de geração de mais valor. Nesse aspecto, as análises realizadas no artigo nos permitem fazer algumas considerações sobre o tema:

a) o número de presos e o número de vagas é uma equação inexata, sendo assim o trabalho no cárcere longe de ser um direito se apresenta como uma recompensa em troca do bom comportamento e da disciplina durante o cumprimento da pena;

b) a responsabilidade social das empresas ao adotar o discurso de ressocialização pelo trabalho é uma forma eficaz de diminuir os custos de produção e aumentar exponencialmente a extração de mais valor;

c) a PNAT, assim como outras políticas públicas voltadas para o trabalho e geração de renda se utiliza da lógica empreendedora como estratégia de retirada do Estado na execução da política, e consequente, responsabilização dos indivíduos pelo seu sucesso/fracasso profissional; e,

d) o trabalho no cárcere não garante uma ressocialização efetiva pelo trabalho, simplesmente porque não há garantias de que o apenado se mantenha no trabalho quando sair da instituição prisional e dificilmente as empresas perderão a oportunidade de inserir outros presos para a obtenção de mais lucros. Ao contrário, estima-se que em nome da responsabilidade social essa modalidade de trabalho se amplie ainda mais.

Convém destacar ainda, que a lucratividade com o sistema prisional vai além dos mecanismos de extração de mais valor dos encarcerados. A privatização e terceirização dos serviços das unidades prisionais têm ganhado destaque com o surgimento de um ramo de empresas especializadas na área, especialmente nos setores de segurança, alimentação, equipamentos tecnológicos (tornozeleiras eletrônicas, equipamentos de revista etc.).

Ante os elementos apresentados, claro está que o trabalho no cárcere para além da ocupação do tempo, da possibilidade de remição da pena, e da manutenção da disciplina nas instituições prisionais se apresenta como uma eficiente estratégia de extração de mais valor.

De um lado temos trabalhadores no cárcere dispostos a vender a única mercadoria que possuem: sua força de trabalho, do outro os detentores dos meios de produção que buscam unicamente aumentar seus lucros. Nesse embate desigual, não há espaço para direitos, ressocialização, oportunidades ou mudança, o que se vê é a lógica perversa do capital a explorar, manipular e transformar os meios de vida em capital.

**Referências**

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. (2013).

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. (2020).

BATISTA, Nilo. Merci, Löic!. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Löic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.** Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 221-227. (2012).

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**, Brasília, DF, 1984. (1984).

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – atualização junho de 2017**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. (2019).

BRASIL. Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018. **Institui a Política Nacional de Trabalho no Âmbito Prisional.** Brasília, DF, 2018. (2018).

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Nota Técnica n.º 96/2022/COATR/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ.** Nota de 14 de jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/politicas-penitenciarias/politica-nacional-de-trabalho-prisional/sei_mj-18250398-nota-tecnica.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022. (2022).

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. IN: **Expropriação e direitos no capitalismo** / Ivanete Boschetti (Org.). São Paulo: Cortez, 2018. (2018).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. (1987).

GARLAND, David. **As contradições da "sociedade punitiva"**: o caso britânico. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.13, p. 59-80, nov. 1999. (1999).

KRÜGER, Carolina; ARRUDA, Dyego de Oliveira; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Por dentro do cárcere: evidências de violência institucional em um presídio feminino na fronteira entre Brasil e Bolívia. In: **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiroset./dez., 2018. p. 435-452. (vol. 11, n. 3). (2018).

INFOPEN. **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: Atualização - Junho de 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022. (2017).

INFOPEN. **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Sobre o Levantamento Nacional**. Acesso em: 17 ago. 2022. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen. (2020).

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006. (2006).

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002. (2002).

MOTA, Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA; Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. (Org). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro** / – São Paulo: Cortez, 2016. (2016).

PERUZZO, Juliane Feix; VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros. O empreendedorismo nas políticas públicas de trabalho e geração de renda. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 261-275, jan./abr. 2018. (2018).

ONU. Organização das Nações Unidas. **Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos**, 1955. Disponível em: [www.dhnet.or.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm](http://www.dhnet.or.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm). Acesso em: 07 de dez de 2019. (2019).

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Pena y estructura social**. Trad. Emilio García Méndez. Bogotá, Colombia: Temis, 1984. (1984).

WACQUANT, LoÏc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. (Entrevista). A criminalização da pobreza. In: **Cama de prego** (blog), terça-feira, 4 set. 2007. Acesso em: 13/jun./2013. Disponível em: http://lucianoalvarenga.blogspot.com.br/2007/09/entrevista-loc-wacquant-no-deixe-de-ler.html. (2007).

WAISELFISZ, Jacob J. **Mapa da violência 2015:** mortes matadas por arma de fogo. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2015. (Série Juventude Viva).

ZANELLA, Maria Nilvane. **Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes**: os fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal. 586 f. Tese de Doutorado em Educação. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2018. (2018).

**Colaboradores**

XXX participou da concepção e do delineamento do texto e da redação do manuscrito. XXX e XXX participaram conjuntamente do delineamento do texto, na análise e na interpretação dos dados, na redação do manuscrito e em sua revisão crítica.

Recebido em: XX/XX/2022

Aprovado em: XX/XX/XXXX

1. Para Zanella (2018) “Os termos, pena e prisão, apesar de utilizados como se fosse o resultado de um único conceito, não são sinônimos e não foram materializados no mesmo tempo histórico. A pena remete aos princípios civilizatórios, mas a prisão era inexistente nas sociedades pouco desenvolvidas. A prisão começou a surgir com o crescimento da coletividade nas dependências dos templos e das fortalezas que cercavam as cidades, nos palácios dos reis, nos castelos senhoriais, em fossas baixas, em buracos, masmorras e em gaiolas de madeira, onde os acusados eram amarrados” (ZANELLA, 2018, p. 51). [↑](#footnote-ref-1)
2. “A dinâmica de funcionamento do capitalismo produz de maneira dupla superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva: pela expropriação daqueles cujos meios de existência possam converter-se em capital e pelo desemprego recorrente de grandes quantidades de trabalhadores” (FONTES, 2018, p. 23) [↑](#footnote-ref-2)
3. “O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (FONTES, 2018, p. 22). [↑](#footnote-ref-3)